



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO ALEGRE/AL

Processo n. 07003713820188020008

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE RAFAEL DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CAMPO ALEGRE, 25 de agosto de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/AL 3564A**

**NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO**  
**5624 - OAB/AL**

Processo n.º 07003713820188020008

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**APELADA: JOSE RAFAEL DA SILVA**

## **RAZÕES DO RECURSO**

**COLEDA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “a quo” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

### **DAS RAZÕES PARA REFORMA DA SENTENÇA**

#### **DA INTERVENCAO DO MP**

É irrefutável, que nos casos em que há interesses de incapazes sendo discutido em determinada demanda, deve ser aberto vista ao Ministério Público, órgão fiscalizador da Lei, para que se pronuncie sobre a necessidade de sua intervenção.

Ante o exposto e da patente necessidade de intimação do Ministério Público para fins de atender ao disposto nos artigos 178, II c/c 279 do CPC.

#### **DA ILEGITIMIDADE “AD CAUSAM” PARA RECEBIMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO**

Conforme se verifica pela r. sentença, o Ilustre Magistrado entendeu por condenar a Apelante a pagar a quantia **total de R\$ 13.500,00 (treze reais e quinhentos reais) a autora.**

No entanto, o que se extrai dos autos é que a Sra. **ROSINEIDE CONCEICAO DA SILVA**, mãe do autor, conforme declaração acostada, convivia maritalmente com o de cujus **o que obsta o pagamento integral aos autores da presente ação.**

Verifica-se, que esta **NÃO FIGURA NA LIDE COMO AUTORA**, mas deveria, pois se mostra inquestionável que estão presentes todos os elementos da união estável, e assim, é patente que a mesma é sua principal beneficiária.

Assim, na qualidade de mãe da Apelada, filha de cujus e convivente, conforme faz o boletim de ocorrência, a ela faz jus parte da indenização pleiteada na presente demanda:

Narrou a noticiante, ROSINEIDE CONCEICAO DA SILVA, advertida das penas cominadas ao crime de falsidade ideológica, que no dia 22 de março de 2017, às 21:00 hs. seu amasio JOSE RICARDO DA SILVA (vitima), viajava com o veículo acima qualificado com destino da cidade de Campo Alegre-AL, para zona rural de Boca da Mata-AL, quando na rodovia de acesso a cidade de Boca da Mata-AL, próximo a fazenda Bend Moreira, zona rural da cidade de Pilar-AL, um veículo que vinha em sentido contrário colidiu de frente no veículo da vitima. Que o veículo que provodou o acidente foragiu, a vitima foi socorrida para o HGE (Hospital Geral do Estado de Alagoas) e não resistindo aos ferimentos entrou em óbito, conforme Certidão de Óbito matrícula 00281601552017400196174010668440. Foi o que narrou a noticiante, amasia da vitima

Salienta-se quanto a imperiosa necessidade de se verificar que a postulante ora Apelada, não é a única beneficiária e, com isso, **não possui direito a pleitear a verba indenizatória do Seguro Obrigatório DPVAT, em sua totalidade.**

Quanto a legislação que rege a matéria, a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil.

Considerando que o artigo 792 do Código Civil prevê que metade da indenização será paga ao cônjuge / companheiro(a), e o restante será dividido entre os herdeiros, imperioso se verificar que a genitora, se enquadra na qualidade de principal beneficiária da vítima, contudo, como não é parte na presente demanda, deverá ser resguardada a sua parte, que como Ex-Companheira de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Tal situação se impõe, para que no futuro a Ré, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do “pool” do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar o pagamento do mesmo valor já pago nesta demanda, pois não observada que ainda existe outra beneficiária.

Portanto, caso a pretensão não estivesse em relação a ela prescrita, a ela caberia o recebimento de metade da indenização, não são esta parte transmissível aos demais herdeiro pela prescrição em relação ex-companheira.

Desta forma, ante a comprovada existência da ex-companheira do falecido, como é dela o direito sobre metade do valor indenizatório, incabível a condenação da Seguradora ao pagamento integral ao autor, deve ser observado que somente metade da indenização deve ser concedida a este.

Assim, requer a reforma da sentença para que seja excluída da condenação da Apelante, a parte cabível a ex-companheira, de maneira que a condenação não pode ser superior a R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

#### **- DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE -**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que <sup>fls. 119</sup> não existe nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos uma vez que a data do sinistro apontada no BO diverge da data do BAM.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexos entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexos de causalidade entre a morte e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CAMPO ALEGRE, 25 de agosto de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/AL 3564A**

**NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO**  
**5624 - OAB/AL**

**SUBSTABELECIMENTO**

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO**, inscrito na 5624 - OAB/AL os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE RAFAEL DA SILVA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **CAMPO ALEGRE**, nos autos do Processo nº 07003713820188020008.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AL 3564A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



DATA	27/08/2020	fls. 121
Nº	008.0002503-84	
TOTAL	R\$ 733,88	

<b>DADOS DO INTERESSADO PELO RECOLHIMENTO</b>				
Nome	: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA			
Endereço	:			
<b>DADOS DO PROCESSO</b>				
Número	: 0700371-38.2018.8.02.0008		Data do cálculo : 27/08/2020	
Tipo de custas	: Custas de Apelação			
Requerente	: Rosineide Conceição da Silva			
Requerido	: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.			
Nome da ação	: Procedimento Comum Cível			
Área	: Cível		Vencimento : 26/09/2020	
Valor da causa	: R\$ 13.500,00	Perc. cálculo	: 100,00 %	
Cartório	: Cartório do Único Ofício de Campo Alegre			
Comarca	: Campo Alegre			
<b>CUSTAS JUDICIAIS</b>		<b>200</b>	<b>SUBTOTAL R\$ 700,21</b>	
		CÓDIGO	CALCULADO	PAGO
<b>Atos dos Escrivães</b>				VALOR
Recolhimento: Custas do Escrivão		2	430,89	0,00
Tabela: Escrivães				430,89
Valor ação: 13.500,00				
Valor mínimo: 10,02				Valor máximo: 1.273,79
<b>Atos do Distribuidor e Contador</b>				
Recolhimento: Contador		2	199,57	0,00
Tabela: Cálculo / Conta de Custas				199,57
Valor ação: 13.500,00				
Valor mínimo: 6,99				Valor máximo: 199,57
<b>Recolhimento: Distribuição</b>		2	50,03	0,00
Valor: 50,03				50,03
<b>Atos da Secretaria Tribunal de Justiça</b>				
Recolhimento: Julgamento		2	19,72	0,00
Valor: 19,72				19,72
<b>OUTROS / DESPESAS POSTAIS</b>		<b>700</b>	<b>SUBTOTAL R\$ 28,55</b>	
		CÓDIGO	CALCULADO	PAGO
<b>Outros / Despesas Postais</b>				VALOR
Recolhimento: Carta Registrada com AR		21	28,55	0,00
Valor: 28,55				28,55
<b>DESPESAS BANCÁRIAS</b>		<b>800</b>	<b>SUBTOTAL R\$ 5,12</b>	
		CÓDIGO	CALCULADO	PAGO
<b>Recolhimento: Boleto Bancário</b>		20	5,12	0,00
Valor: 5,12				5,12
Complemento: Tribunal de Justiça				

ESTA GUIA NÃO PODE SER QUITADA PELO BANCO

**TOTAL A RECOLHER**  
**R\$ 733,88**

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ <b>FUNDO E M PODER JUDICIARIO - CNPJ: 01700776000187</b>				Agência/Código do Beneficiário <b>3557-2/57614</b>		Data de Vencimento <b>26/09/2020</b>	
Data do Documento <b>27/08/2020</b>	Nr. Documento <b>0700371-38.2018.8.02.0008</b>	Espécie DOC <b>GRJ</b>	Aceite <b>N</b>	Data do Processamento <b>27/08/2020</b>	Nosso-Número <b>29711550000170642</b>		
Uso do Banco <b>Carteira</b>	<b>17</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade	xValor	(-) Valor do Documento <b>733,88</b>		
Informações de Responsabilidade do Beneficiário Boleto válido por 30 dias. Autor: Rosineide Conceição da Silva Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Valor da ação: R\$13.500,00 Classe: Procedimento Comum Cível					(-) Desconto/Abatimento		
					(+ Juros/Multa		
					(-) Valor Cobrado <b>733,88</b>		
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço <b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS... CNPJ: 09.248.608/0001-04</b> <b>Endereço:</b> <b>Cartório do Único Ofício de Campo Alegre</b> Sacador/Avalista					Guia: 008.0002503-84 Código de Baixa Autenticação Mecânica - <b>Ficha de Compensação</b>		

Recebimento através do cheque nº

do banco

Esta quitação só terá validade após o pagamento do cheque pelo banco sacado.

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ <b>FUNDO E M PODER JUDICIARIO - CNPJ: 01700776000187</b>				Agência/Código do Beneficiário <b>3557-2/57614</b>		Data de Vencimento <b>26/09/2020</b>	
Data do Documento <b>27/08/2020</b>	Nr. Documento <b>0700371-38.2018.8.02.0008</b>	Espécie DOC <b>GRJ</b>	Aceite <b>N</b>	Data do Processamento <b>27/08/2020</b>	Nosso-Número <b>29711550000170642</b>		
Uso do Banco <b>Carteira</b>	<b>17</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade	xValor	(-) Valor do Documento <b>733,88</b>		
Informações de Responsabilidade do Beneficiário Boleto válido por 30 dias. Autor: Rosineide Conceição da Silva Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Valor da ação: R\$13.500,00 Classe: Procedimento Comum Cível					(-) Desconto/Abatimento		
					(+ Juros/Multa		
					(-) Valor Cobrado <b>733,88</b>		
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço <b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS... CNPJ: 09.248.608/0001-04</b> <b>Endereço:</b> <b>Cartório do Único Ofício de Campo Alegre</b> Sacador/Avalista					Guia: 008.0002503-84 Código de Baixa Autenticação Mecânica - <b>Ficha de Compensação</b>		

Local de Pagamento <b>Pagável em qualquer banco até o vencimento. Após, atualize o boleto no site bb.com.br</b>					Data de Vencimento <b>26/09/2020</b>		
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ <b>FUNDO E M PODER JUDICIARIO - CNPJ: 01700776000187</b>					Agência/Código do Beneficiário <b>3557-2/57614</b>		
Data do Documento <b>27/08/2020</b>	Nr. Documento <b>0700371-38.2018.8.02.0008</b>	Espécie DOC <b>GRJ</b>	Aceite <b>N</b>	Data do Processamento <b>27/08/2020</b>	Nosso-Número <b>29711550000170642</b>		
Uso do Banco <b>Carteira</b>	<b>17</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade	xValor	(-) Valor do Documento <b>733,88</b>		
Informações de Responsabilidade do Beneficiário Boleto válido por 30 dias. Autor: Rosineide Conceição da Silva Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Valor da ação: R\$13.500,00 Classe: Procedimento Comum Cível					(-) Desconto/Abatimento		
					(+ Juros/Multa		
					(-) Valor Cobrado <b>733,88</b>		
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço <b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS... CNPJ: 09.248.608/0001-04</b> <b>Endereço:</b> <b>Cartório do Único Ofício de Campo Alegre</b> Sacador/Avalista					Guia: 008.0002503-84 Código de Baixa Autenticação Mecânica - <b>Ficha de Compensação</b>		





Guia - Ficha de Compensação

			Nº DA CONTA JUDICIAL
			0
Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
	31/08/2020	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	
31/08/2020	008000250384	07003713820188020008	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
AL	Vara Cível	RÉU	733,88
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
ROSINEIDE CONCEICAO DA SILVA		FÍSICA	12108415416
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
CÓDIGO DE BARRAS			
00190.00009 02971.155003 00170.642177 1 83900000073388			